



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Assessoria de Recursos Constitucionais

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO, DD. RELATOR DA
AÇÃO CAUTELAR N.º 3802/DF**

Em 24/04/2015, foi publicada, no DJE n.º 76 (divulgação em 23/04/2015), decisão liminar proferida por Vossa Excelência, atribuindo efeito suspensivo ativo ao **RE 851.421/DF** e determinando a **suspensão dos efeitos da Lei Distrital n.º 4.732/2011**, bem como o **sobrestamento de todos os feitos** versando sobre a matéria por ela disciplinada até o julgamento de mérito do referido recurso extraordinário.

Em consulta ao andamento processual disponibilizado no sítio eletrônico desse Supremo Tribunal Federal, verifica-se que a mencionada decisão liminar foi comunicada ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, à Câmara Legislativa do Distrito Federal, ao Governador do Distrito Federal.

Não há informação acerca da comunicação dessa decisão ao Superior Tribunal de Justiça.

Por esse motivo, aparentemente, o STJ tem dado andamento a processos em que se discutem a validade de Termos de Acordo de Regime Especial celebrados entre o Distrito Federal e diversas empresas e da remissão do crédito tributário concedida pela Lei Distrital n.º 4.732/2011, não obstante a menção por este MPDFT do teor da decisão liminar proferida nesta ação cautelar¹.

¹ Confirmam-se, por exemplo, AREsp n. 385986/DF, Relatora Min. Assusete Magalhães; AREsp n. 485895/DF, Relator Min. Gurgel de Faria; e REsp 1238700, Relatora Min. Assusete Magalhães.


[Assinaturas manuscritas em azul]




Sendo assim, e para garantir o correto cumprimento da decisão liminar proferida por Vossa Excelência nesta Ação Cautelar n. 3802/DF, requer o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios a expedição de ofício ao Superior Tribunal de Justiça, cientificando-lhe de seu conteúdo e determinando àquela Corte a sua observância.


P. Deferimento.

Brasília, 22 de setembro de 2016.


ANA LUISA RIVERA
PROCURADORA DE JUSTIÇA
ASSESSORA DA PGJ


ANTONIO SUXBERGER
PROMOTOR DE JUSTIÇA
ASSESSOR DA PGJ


EVANDRO M. DA SILVEIRA GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA
ASSESSOR DA PGJ


LEONARDO CARNEIRO BRITO
PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO
ASSESSOR DA PGJ

DAS

Impresso por: 898.406.583-87 AG 3802
Em: 25/09/2016 - 21:33:55